

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### EXERCÍCIO DE 2023

# LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS DE 2023

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

Lei nº 2.331/2022.

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

O povo do município de Borda da Mata, por seus legítimos representantes, aprova e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art.1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no artigo 165, § 2º, da Constituição da República, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária do exercício financeiro de 2023 compreendendo:

- I – orientações básicas para elaboração da lei orçamentária anual;
- II – disposições sobre a política de pessoal e serviços extraordinários;
- III – disposições sobre a receita e alterações na legislação tributária do Município;
- IV – equilíbrio entre receitas e despesas;
- V – critérios e formas de limitação de empenho;
- VI – normas relativas ao controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos;
- VII – condições e exigências para transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- VIII – autorização para o Município auxiliar o custeio de despesas atribuídas a outros entes da federação;
- IX – parâmetros para a elaboração da programação financeira e do cronograma mensal de desembolso;
- X – definição de critérios para início de novos projetos;
- XI – definição das despesas consideradas irrelevantes;
- XII – incentivo à participação popular;
- XIII – as disposições gerais.

**SEÇÃO I****DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

Art. 2º. Em consonância com o disposto no art. 165, § 2º, da Constituição da República, atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal do Município, as ações relativas à manutenção e funcionamento dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2023 correspondem às ações que serão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que serão integradas de acordo com os programas e ações estabelecidos no Plano

Plurianual relativo ao período de 2022–2025, as quais terão precedência na alocação de recursos na lei orçamentária de 2023 e na sua execução, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. O projeto de lei orçamentária para 2023 deverá ser elaborado em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

§ 2º. O projeto de lei orçamentária para 2023 conterà demonstrativo da observância das metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.

**SEÇÃO II****DAS ORIENTAÇÕES BÁSICAS PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

## Subseção I

## Das Diretrizes Gerais

Art. 3º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas por funções, subfunções, programas, atividades, projetos, operações especiais, de acordo com as codificações da Portaria SOF nº 42/1999, da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163/2001 e aquelas a serem instituídas na Lei do Plano Plurianual relativo ao período 2022/2025.

Art. 4º. O orçamento fiscal discriminará as despesas, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei nº 4.320/64 e IN do TCE/MG.

Art. 5º. O orçamento fiscal compreenderá a programação dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 6º. O projeto de lei orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal será constituído de:

I – texto da lei;

II – documentos referenciados nos artigos 2º e 22 da Lei nº 4.320/1964;

III – quadros orçamentários consolidados;

IV – anexo(s) do orçamento fiscal, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta Lei;

V – demonstrativos e documentos previstos no artigo 5º da Lei Complementar nº 101/2000;

Art. 7º. A estimativa da receita e a fixação da despesa constantes do projeto de lei orçamentária de 2023 serão elaboradas a valores correntes do exercício de 2021, projetados ao exercício a que se refere.

Parágrafo único. O projeto de lei orçamentária atualizará a estimativa da margem de expansão das despesas, considerando os acréscimos de receitas resultantes do crescimento da economia e da evolução de outras variáveis que impliquem aumento da base de cálculo, bem como de alterações na legislação tributária, devendo ser garantidas, no mínimo, as metas de resultado primário e nominal estabelecidas nesta Lei.

Art. 8º. O Poder Executivo colocará à disposição do Poder Legislativo, no mínimo trinta dias antes do prazo final para encaminhamento de sua proposta orçamentária, os estudos e as estimativas das receitas para o exercício subsequente, inclusive da corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

Art. 9º. O Poder Legislativo encaminhará à Contabilidade do Poder Executivo, até 15 de Agosto de 2022, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos, de forma a evitar o comprometimento do equilíbrio orçamentário entre a receita e a despesa.

Art. 11. A lei orçamentária discriminará, nos órgãos da administração direta, as dotações destinadas ao pagamento de precatórios judiciais em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição da República.

§ 1º. Para fins de acompanhamento, controle e centralização, os órgãos da administração direta submeterão os processos referentes ao pagamento de precatórios à apreciação da Procuradoria do Município.

§ 2º. Os recursos alocados para os fins previstos no caput deste artigo não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto no caso de saldo orçamentário remanescente ocioso.

## Subseção II

## Das Disposições Relativas à Dívida e ao Endividamento Público Municipal

Art. 13. A administração da dívida pública municipal interna tem por objetivo principal minimizar custos, reduzir o montante da dívida pública e viabilizar fontes alternativas de recursos para o Tesouro Municipal.

§ 1º. Deverão ser garantidos na lei orçamentária os recursos necessários para pagamento da dívida.

§ 2º. O Município, por meio de seus órgãos e entidades, subordinar-se-á às normas estabelecidas na Resolução nº 40/2001 do Senado Federal, que dispõe sobre os limites globais para o montante da dívida pública consolidada e da dívida pública mobiliária, em atendimento ao disposto no artigo 52, incisos VI e IX, da Constituição da República.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

Art. 14. Na lei orçamentária para o exercício de 2023, as despesas com amortização, juros e demais encargos da dívida serão fixadas com base nas operações contratadas.

Art. 15. A lei orçamentária poderá conter autorização para contratação de operações de crédito pelo Poder Executivo, a qual ficará condicionada ao atendimento das normas estabelecidas na Lei Complementar nº 101/2000 e na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

Art. 16. A lei orçamentária poderá conter autorização para a realização de operações de crédito por antecipação de receita orçamentária, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar nº 101/2000 e atendidas às exigências estabelecidas na Resolução nº 43/2001 do Senado Federal.

**Subseção III****Da Definição de Montante e Forma de Utilização da Reserva de Contingência**

Art. 17. A lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal e será equivalente a até 0,5% (meio por cento) da receita corrente líquida prevista na proposta orçamentária de 2023, destinada ao atendimento de passivos contingentes, outros riscos e eventos fiscais imprevistos e reforço das dotações orçamentárias que se tornarem insuficientes.

**SEÇÃO III****DA POLÍTICA DE PESSOAL E DOS SERVIÇOS EXTRAORDINÁRIOS****Subseção I****Das Disposições Sobre Política de Pessoal e Encargos Sociais**

Art. 18. Para fins de atendimento ao disposto no artigo 169, § 1º, inciso II, da Constituição da República, observado o inciso I do mesmo parágrafo, ficam autorizadas as concessões de quaisquer vantagens, aumentos de remuneração, criação de cargos, empregos e funções, alterações de estrutura de carreiras, bem como admissões ou contratações de pessoal a qualquer título, desde que observado o disposto nos artigos 15, 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Além de observar as normas do caput, no exercício financeiro de 2023, as despesas com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo deverão atender as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19 da Lei Complementar nº 101/2000, serão adotadas as medidas de que tratam os §§ 3º e 4º do artigo 169 da Constituição da República.

**Subseção II****Da Previsão para Contratação Excepcional de Horas Extras**

Art. 19. Se durante o exercício de 2023 a despesa com pessoal atingir o limite de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, o pagamento da realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público que enseje situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário para atender as situações previstas no caput deste artigo no âmbito do Poder Executivo é de exclusiva competência do Prefeito Municipal e no âmbito do Poder Legislativo é de exclusiva competência do Presidente da Câmara.

**SEÇÃO IV**

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023****DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A RECEITA E ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO**

Art. 20. A estimativa da receita que constará do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2023, com vistas à expansão da base tributária e conseqüente aumento das receitas próprias, contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, dentre as quais:

- I – aperfeiçoamento do sistema de formação, tramitação e julgamento dos processos tributário-administrativos, visando à racionalização, simplificação e agilização;
- II – aperfeiçoamento dos sistemas de fiscalização, cobrança e arrecadação de tributos, objetivando a sua maior exatidão;
- III – aperfeiçoamento dos processos tributário-administrativos, por meio da revisão e racionalização das rotinas e processos, objetivando a modernização, a padronização de atividades, a melhoria dos controles internos e a eficiência na prestação de serviços;
- IV – aplicação das penalidades fiscais como instrumento inibitório da prática de infração da legislação tributária.

Art. 21. A estimativa da receita de que trata o artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, com destaque para:

- I – atualização da planta genérica de valores do Município;
- II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamentos, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;
- III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- IV – revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Intervivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- VI – instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição;
- VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;
- VIII – revisão das isenções dos tributos municipais objetivando atender o interesse público e a justiça fiscal;
- IX – instituição, por lei específica, da Contribuição de Melhoria com a finalidade de tornar exequível a sua cobrança;
- X – a instituição de novos tributos ou a modificação em decorrência de alterações legais daqueles já instituídos.

Art. 22. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária somente será aprovado se atendidas às exigências do artigo 14 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que estejam em tramitação na Câmara Municipal.

§ 1º. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, as dotações à conta das referidas receitas serão canceladas, mediante decreto, nos 30 (trinta) dias subsequentes à publicação do projeto de lei orçamentária de 2023.

§ 2º. No caso de não-aprovação das propostas de alteração previstas no caput, poderá ser efetuada a substituição das fontes condicionadas por excesso de arrecadação de outras fontes, inclusive de operações de crédito, ou por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, antes do cancelamento previsto no § 1º deste artigo.

**SEÇÃO V****DO EQUILÍBRIO ENTRE RECEITAS E DESPESAS**

Art. 24. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária do exercício de 2023 serão orientadas no sentido de alcançar o superávit primário necessário para garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal, conforme discriminado no Anexo de Metas Fiscais constante desta Lei.

Art. 25. Os projetos de lei que impliquem em diminuição de receita ou aumento de despesa do Município no exercício de 2023 deverão estar acompanhados de demonstrativos que discriminem o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa,

## LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2022 a 2024, demonstrando a memória de cálculo respectiva.

Parágrafo único. Não será aprovado projeto de lei que implique em aumento de despesa sem que esteja acompanhado das medidas definidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 26. As estratégias para busca ou manutenção do equilíbrio entre as receitas e despesas poderão levar em conta as seguintes medidas:

I – para elevação das receitas:

- a – a implementação das medidas previstas nos artigos 20 e 21 desta Lei;
- b – atualização e informatização do cadastro imobiliário;
- c – chamamento geral dos contribuintes inscritos na Dívida Ativa.

II – para redução das despesas:

- a – utilização da modalidade de licitação denominada pregão e implantação de rigorosa pesquisa de preços, de forma a reduzir custos de toda e qualquer compra e evitar a cartelização dos fornecedores;
- b – revisão geral das gratificações concedidas aos servidores.

### SEÇÃO VI

#### DOS CRITÉRIOS E FORMAS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 27. Na hipótese de ocorrência das circunstâncias estabelecidas no caput do artigo 9º e no inciso II do § 1º do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão à respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira, calculada de forma proporcional à participação dos Poderes no total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2023, utilizando para tal fim as cotas orçamentárias e financeiras.

§ 1º. Excluem-se da limitação prevista no caput deste artigo:

- I – as despesas com pessoal e encargos sociais;
- II – as despesas com benefícios previdenciários;
- III – as despesas com amortização, juros e encargos da dívida;
- IV – as despesas com PASEP;
- V – as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais;
- VI – as demais despesas que constituam obrigação constitucional e legal.

§ 2º. O Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, conforme proporção estabelecida no caput deste artigo.

§ 3º. Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, emitirão e publicarão ato próprio estabelecendo os montantes que caberão aos respectivos órgãos e entidades na limitação do empenho e da movimentação financeira.

§ 4º. Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita não será suficiente para garantir o equilíbrio das contas públicas, adotar-se-ão as mesmas medidas previstas neste artigo.

### SEÇÃO VII

#### DAS NORMAS RELATIVAS AO CONTROLE DE CUSTOS E AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DOS PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS DOS ORÇAMENTOS

Art. 28. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e a avaliação do resultado dos programas de governo.

Art. 29. Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, bem como a respectiva execução, serão feitas de forma a propiciar o controle de custos e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

§ 1º. A lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais deverão agregar todas as ações governamentais necessárias ao

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

cumprimento dos objetivos dos respectivos programas, sendo que as ações governamentais que não contribuïrem para a realizaçãõ de um programa específico deverão ser agregadas num programa denominado "Apoio Administrativo" ou de finalidade semelhante.

§ 2º. Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.

§ 3º. O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.

**SEÇÃO VIII****DAS CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS PARA TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS A ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS**

Art. 30. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica que sejam destinadas:

I – às entidades que prestem atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura;

II – às entidades sem fins lucrativos que realizem atividades de natureza continuada;

III – às entidades que tenham sido declaradas por lei como de utilidade pública.

Parágrafo único. Para habilitarem-se ao recebimento de subvenções sociais, as entidades privadas sem fins lucrativos deverão estar de acordo com as normas estabelecidas pela lei 13.019/2014.

Art. 31. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de auxílios e contribuições para entidades públicas e/ou privadas, ressalvadas as autorizadas mediante lei específica e desde que sejam:

I – de atendimento direto e gratuito ao público, voltadas para as ações relativas ao ensino, saúde, cultura, assistência social, agropecuária e de proteção ao meio ambiente;

II – associações ou consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos, legalmente constituídos e signatários de contrato de gestão/rateio com a administração pública municipal e que participem da execução de programas municipais.

Art. 32. É vedada a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações a título de contribuições para entidades privadas de fins lucrativos, ressalvadas as instituídas por lei específica, no âmbito do Município que sejam destinadas aos programas de desenvolvimento industrial.

Art. 33. É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotação para a realização de transferência financeira a outro ente da federação, exceto para atender as situações que envolvam claramente ao atendimento de interesses locais observadas as exigências do artigo 25 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. As entidades beneficiadas com os recursos públicos previstos nesta Seção, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização do Poder Executivo com a finalidade de verificar o cumprimento dos objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 35. As transferências de recursos às entidades previstas nos artigos 30 a 33 desta Seção deverão ser submetidas às normas estabelecidas na lei 13.019/2014, que regulamenta as transferências de recursos do poder público às Organizações da Sociedade Civil.

Art. 36. É vedada a destinação na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de recursos para diretamente cobrir necessidades de pessoas físicas, ressalvadas as que atendam as exigências do artigo 26 da Lei Complementar nº 101/2000 e sejam observadas as condições definidas na lei específica.

Parágrafo único. As normas do caput deste artigo não se aplicam a ajuda a pessoas físicas custeadas pelos recursos do Sistema Único de Saúde e Fundo Municipal de Assistência Social.

Art. 37. A transferência de recursos financeiros de uma entidade para outra, inclusive da Prefeitura Municipal para a Câmara Municipal fica limitada ao valor previsto na lei orçamentária anual.

**SEÇÃO IX****DA AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO AUXILIAR NO CUSTEIO DE DESPESAS DE COMPETÊNCIA DE OUTROS ENTES DA**



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023****FEDERAÇÃO**

Art. 38. É permitida a inclusão na lei orçamentária e em seus créditos adicionais de dotações para que o Município contribua para o custeio de despesas de competência de outro ente da federação, desde que autorizadas mediante lei específica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no caput deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, de acordo com o artigo 116 da Lei nº 8.666/1993.

**SEÇÃO X****DOS PARÂMETROS PARA A ELABORAÇÃO DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO.**

Art. 39. O Poder Executivo estabelecerá por ato próprio, até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, respectivamente, nos termos dos artigos 13 e 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º. Para atender ao caput deste artigo o Poder Legislativo encaminhará ao Órgão Central de Contabilidade do Município, até 15 (quinze) dias após a publicação da lei orçamentária de 2023, os seguintes demonstrativos:

I – as metas mensais de arrecadação de receitas, de forma a atender o disposto no artigo 13 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – a programação financeira das despesas, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000;

III – o cronograma mensal de desembolso, incluídos os pagamentos dos restos a pagar, nos termos do artigo 8º da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º. O Poder Executivo deverá dar publicidade às metas bimestrais de arrecadação, à programação financeira e ao cronograma mensal de desembolso através do órgão oficial de publicação do Município até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2022.

§ 3º. A programação financeira e o cronograma mensal de desembolso tratados no caput deste artigo deverão ser elaborados de forma a garantir o cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

**SEÇÃO XI****DA DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS PARA INÍCIO DE NOVOS PROJETOS**

Art. 40. Além da observância das metas e prioridades definidas nos termos do artigo 2º desta Lei, a lei orçamentária de 2023 e seus créditos adicionais, observando o disposto no artigo 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente incluirão projetos novos se:

I – estiverem compatíveis com o Plano Plurianual de 2022-2025 e com as normas desta Lei;

II – as dotações consignadas às obras já iniciadas forem suficientes para o atendimento de seu cronograma físico-financeiro;

III – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito.

Parágrafo único. Considera-se projeto em andamento, para os efeitos desta Lei, aquele cuja execução iniciar-se até a data de encaminhamento da proposta orçamentária de 2023, cujo cronograma de execução ultrapasse o término do exercício de 2022.

**SEÇÃO XII****DA DEFINIÇÃO DAS DESPESAS CONSIDERADAS IRRELEVANTES**

Art. 41. Para fins do disposto no § 3º do artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do artigo 24 da Lei nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

**SEÇÃO XIII****DO INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Art. 42. O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2023, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Art. 43. Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

I – elaboração da proposta orçamentária de 2023 mediante regular processo de consulta;

II – avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

**SEÇÃO XIV****DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

“Art. 44. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante ato normativo:

I – remanejar, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023, em seus créditos adicionais e, ainda, em decorrência de extinção, transformação, incorporação ou desmembramento de Unidades Orçamentárias e Entidades da Administração Direta e Indireta, bem como alterações de suas competências ou atribuições, desde que autorizadas por lei específica;

II – transpor, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023 e em seus créditos adicionais em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, no âmbito dos programas de trabalho dentro do mesmo órgão;

III – transferir, realocando total ou parcialmente as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2023 e em seus créditos adicionais, em decorrência das mudanças de prioridades de gastos durante a execução, de uma categoria de programação para outra, dentro do mesmo órgão e do mesmo programa de trabalho.

§ 1º. As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa.

Art. 45 - Fica o Executivo, mediante decreto, autorizado a alterar a fonte de recurso consignado no orçamento municipal de 2023, para fins de adequação do saldo orçamentário por destinação de recurso dentro da mesma categoria de programação definida no artigo 3º desta Lei.

§ 1º - As categorias de programação, aprovadas na lei orçamentária de 2023 e em seus créditos adicionais, poderão ter suas destinações de recursos alteradas por meio de decreto para atender às necessidades de execução desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, criando, quando necessário, novas naturezas de despesa, mantendo a estrutura programática do crédito.

Art. 46. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de prévia autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei nº 4.320/1964 e da Constituição da República.

§ 1º. A lei orçamentária conterà autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º. Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposições de motivos circunstanciadas que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 47. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no artigo 167, § 2º da Constituição da República, será efetivada mediante Decreto do Poder Executivo, utilizando-se os recursos previstos no artigo 43 da Lei nº 4.320/1964.



**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023**

Art. 48. O Poder Executivo poderá encaminhar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de lei orçamentária anual, enquanto não iniciada a sua votação, no tocante às partes cuja alteração venha ser proposta.

Art. 49. Se o projeto de lei orçamentária de 2023 não for sancionado pelo Prefeito até 31 de dezembro de 2022, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I – pessoal e encargos sociais;

II – benefícios previdenciários;

III – amortização, juros e encargos da dívida;

IV – PIS-PASEP;

V – demais despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais do Município; e

VI – outras despesas correntes de caráter inadiável.

§ 1º As despesas descritas no inciso VI deste artigo estão limitadas a 1/12 (um doze avos) do total de cada ação prevista no projeto de lei orçamentária de 2022, multiplicado pelo número de meses decorridos até a sanção da respectiva lei.

§ 2º Na execução de outras despesas correntes de caráter inadiável a que se refere o inciso VI do caput, o ordenador de despesa poderá considerar os valores constantes do projeto de lei orçamentária de 2022 para fins do cumprimento do disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 50. Em atendimento ao disposto no artigo 4º, §§ 1º, 2º e 3º da Lei Complementar nº 101/2000, integram a presente Lei os seguintes anexos:

- Anexo de Metas Fiscais;

- Anexo de Riscos Fiscais;

- Anexo de Metas e Prioridades da Administração.

Art. 51. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Borda da Mata/MG, 09 de maio de 2022.

AFONSO RAIMUNDO DE SOUZA  
PREFEITO MUNICIPAL

# ANEXO DE METAS FISCAIS



# MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

## CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS 2023

AMF - Demonstrativo 1 ( LRF, art. 4º, § 1 )

Valores em R\$1,00

| ESPECIFICAÇÃO                             | 2023                    |                    |            | 2024                    |                    |            | 2025                    |                    |            |
|---|-------------------------|--------------------|------------|-------------------------|--------------------|------------|-------------------------|--------------------|------------|
|   | VALOR<br>CORRENTE ( a ) | VALOR<br>CONSTANTE | % PIB<br>* | VALOR<br>CORRENTE ( b ) | VALOR<br>CONSTANTE | % PIB<br>* | VALOR<br>CORRENTE ( c ) | VALOR<br>CONSTANTE | % PIB<br>* |
| Receita Total                             | 58.796.138,54           | 54.949.662,19      | 0,01       | 62.838.391,20           | 55.930.922,30      | 0,01       | 65.979.614,20           | 55.930.331,83      | 0,01       |
| Receitas Primárias ( I )                  | 57.087.959,54           | 53.353.233,21      | 0,01       | 61.080.340,20           | 54.366.123,90      | 0,01       | 64.181.409,20           | 54.406.009,45      | 0,01       |
| Despesa Total                             | 55.213.222,00           | 51.601.142,06      | 0,01       | 58.861.077,00           | 52.390.811,75      | 0,01       | 58.509.052,00           | 49.597.602,73      | 0,01       |
| Despesas Primárias ( II )                 | 54.566.877,00           | 50.997.081,31      | 0,01       | 58.166.278,00           | 51.772.388,07      | 0,01       | 57.779.514,00           | 48.979.179,86      | 0,01       |
| Resultado Primário ( III ) = ( I - II )   | 2.521.082,54            | 2.356.151,91       | 0,00       | 2.914.062,20            | 2.593.735,83       | 0,00       | 6.401.895,20            | 5.426.829,59       | 0,00       |
| Resultado Nominal                         | 1.700.000,00            | 1.588.785,05       | 0,00       | 1.700.000,00            | 1.513.128,62       | 0,00       | 1.900.000,00            | 1.610.613,09       | 0,00       |
| Dívida Pública Consolidada                | 1.600.000,00            | 1.495.327,10       | 0,00       | 1.400.000,00            | 1.246.105,92       | 0,00       | 1.200.000,00            | 1.017.229,32       | 0,00       |
| Dívida Consolidada Líquida                | -18.300.000,00          | -17.102.803,74     | 0,00       | -16.600.000,00          | -14.775.255,90     | 0,00       | -14.700.000,00          | -12.461.059,19     | 0,00       |
| Receitas Primárias advindas de PPP ( IV ) | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       |
| Despesas Primárias geradas por PPP ( V )  | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       |
| Impacto do saldo das PPP ( VI )           | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       | 0,00                    | 0,00               | 0,00       |

\* Valor Corrente / PIB x 100

| PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - VALORES PREVISTOS ( EM REAIS ) |                    |                    |
|--|--------------------|--------------------|
| 2023   | 2024               | 2025               |
| 650.000.000.000,00   | 650.000.000.000,00 | 650.000.000.000,00 |

| ÍNDICES DE INFLAÇÃO -- VALORES PREVISTOS ( EM % ) |      |      |
|---|------|------|
| 2023  | 2024 | 2025 |
| 7,00  | 5,00 | 5,00 |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

**CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**  
**DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR**  
**2023**

AMF - Demonstrativo 2 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso I )

Valores em R\$1,00

| ESPECIFICAÇÃO                           | METAS PREVISTAS<br>EM 2021 - ( a ) | %<br>PIB | METAS REALIZADAS<br>EM 2021 - ( b ) | %<br>PIB | VARIÇÃO           |                   |
|---|------------------------------------|----------|-------------------------------------|----------|-------------------|-------------------|
|   |                                    |          |                                     |          | ( c ) = ( b - a ) | % ( c / a ) * 100 |
| Receita Total                           | 45.300.000,00                      | 0,01     | 61.828.961,36                       | 0,71     | 16.528.961,36     | 36,49             |
| Receitas Primárias ( I )                | 45.173.500,00                      | 0,01     | 60.334.143,37                       | 0,69     | 15.160.643,37     | 33,56             |
| Despesa Total                           | 47.623.000,00                      | 0,01     | 54.675.796,35                       | 0,63     | 7.052.796,35      | 14,81             |
| Despesas Primárias ( II )               | 46.970.000,00                      | 0,01     | 53.941.651,29                       | 0,62     | 6.971.651,29      | 14,84             |
| Resultado Primário ( III ) = ( I - II ) | -1.796.500,00                      | 0,00     | 6.392.492,08                        | 0,07     | 8.188.992,08      | -455,83           |
| Resultado Nominal                       | -11.908.398,03                     | 0,00     | -11.908.398,03                      | -0,14    | 0,00              | 0,00              |
| Dívida Pública Consolidada              | 1.952.733,45                       | 0,00     | 1.952.733,45                        | 0,02     | 0,00              | 0,00              |
| Dívida Consolidada Líquida              | -27.361.278,70                     | 0,00     | -27.361.278,70                      | -0,31    | 0,00              | 0,00              |

**PRODUTO INTERNO BRUTO ( PIB ) - EXERCÍCIO DE 2021 ( EM REAIS )**

| VALOR PREVISTO     | VALOR REALIZADO  |
|--------------------|------------------|
| 635.000.000.000,00 | 8.700.000.000,00 |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2023

AMF - Demonstrativo 3 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso II )

Valores em R\$1,00

| ESPECIFICAÇÃO                           | VALORES A PREÇOS CORRENTES |                |        |                |         |                |         |                |        |                |        |
|---|----------------------------|----------------|--------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|--------|----------------|--------|
|   | 2020                       | 2021           | %      | 2022           | %       | 2023           | %       | 2024           | %      | 2025           | %      |
| Receita Total                           | 43.817.047,00              | 45.300.000,00  | 3,38   | 49.141.500,00  | 8,48    | 58.796.138,54  | 19,65   | 62.838.391,20  | 6,88   | 65.979.614,20  | 5,00   |
| Receitas Primárias ( I )                | 43.030.497,00              | 45.173.500,00  | 4,98   | 48.926.000,00  | 8,31    | 57.087.959,54  | 16,68   | 61.080.340,20  | 6,99   | 64.181.409,20  | 5,08   |
| Despesa Total                           | 44.153.620,00              | 47.623.000,00  | 7,86   | 50.586.000,00  | 6,22    | 55.213.222,00  | 9,15    | 58.861.077,00  | 6,61   | 58.509.052,00  | -0,60  |
| Despesas Primárias ( II )               | 43.785.620,00              | 46.970.000,00  | 7,27   | 49.976.000,00  | 6,40    | 54.566.877,00  | 9,19    | 58.166.278,00  | 6,60   | 57.779.514,00  | -0,66  |
| Resultado Primário ( III ) = ( I - II ) | -755.123,00                | -1.796.500,00  | 137,91 | -1.050.000,00  | -41,55  | 2.521.082,54   | -340,10 | 2.914.062,20   | 15,59  | 6.401.895,20   | 119,69 |
| Resultado Nominal                       | -15.163.548,36             | -11.908.398,03 | -21,47 | 7.361.278,70   | -161,82 | 1.700.000,00   | -76,91  | 1.700.000,00   | 0,00   | 1.900.000,00   | 11,76  |
| Dívida Pública Consolidada              | 1.683.124,24               | 1.952.733,45   | 16,02  | 1.800.000,00   | -7,82   | 1.600.000,00   | -11,11  | 1.400.000,00   | -12,50 | 1.200.000,00   | -14,29 |
| Dívida Consolidada Líquida              | -15.452.880,67             | -27.361.278,70 | 77,06  | -20.000.000,00 | -26,90  | -18.300.000,00 | -8,50   | -16.600.000,00 | -9,29  | -14.700.000,00 | -11,45 |

| ESPECIFICAÇÃO                           | VALORES A PREÇOS CONSTANTES |                |        |                |         |                |         |                |        |                |        |
|---|-----------------------------|----------------|--------|----------------|---------|----------------|---------|----------------|--------|----------------|--------|
|   | 2020                        | 2021           | %      | 2022           | %       | 2023           | %       | 2024           | %      | 2025           | %      |
| Receita Total                           | 51.335.557,13               | 48.221.850,00  | -6,07  | 49.141.500,00  | 1,91    | 54.949.662,19  | 11,82   | 55.930.922,30  | 1,79   | 55.930.331,83  | 0,00   |
| Receitas Primárias ( I )                | 50.414.044,04               | 48.087.190,75  | -4,62  | 48.926.000,00  | 1,74    | 53.353.233,21  | 9,05    | 54.366.123,90  | 1,90   | 54.406.009,45  | 0,07   |
| Despesa Total                           | 51.729.882,26               | 50.694.683,50  | -2,00  | 50.586.000,00  | -0,21   | 51.601.142,06  | 2,01    | 52.390.811,75  | 1,53   | 49.597.602,73  | -5,33  |
| Despesas Primárias ( II )               | 51.298.737,61               | 49.999.565,00  | -2,53  | 49.976.000,00  | -0,05   | 50.997.081,31  | 2,04    | 51.772.388,07  | 1,52   | 48.979.179,86  | -5,40  |
| Resultado Primário ( III ) = ( I - II ) | -884.693,57                 | -1.912.374,25  | 116,16 | -1.050.000,00  | -45,09  | 2.356.151,91   | -324,40 | 2.593.735,83   | 10,08  | 5.426.829,59   | 109,23 |
| Resultado Nominal                       | -17.765.441,91              | -12.676.489,70 | -28,65 | 7.361.278,70   | -158,07 | 1.588.785,05   | -78,42  | 1.513.128,62   | -4,76  | 1.610.613,09   | 6,44   |
| Dívida Pública Consolidada              | 1.971.929,34                | 2.078.684,76   | 5,41   | 1.800.000,00   | -13,41  | 1.495.327,10   | -16,93  | 1.246.105,92   | -16,67 | 1.017.229,32   | -18,37 |
| Dívida Consolidada Líquida              | -18.104.420,38              | -29.126.081,18 | 60,88  | -20.000.000,00 | -31,33  | -17.102.803,74 | -14,49  | -14.775.255,90 | -13,61 | -12.461.059,19 | -15,66 |

#### ÍNDICES DE INFLAÇÃO ( EM % )

| 2020 | 2021  | 2022 | 2023 | 2024 | 2025 |
|------|-------|------|------|------|------|
| 4,52 | 10,06 | 6,45 | 7,00 | 5,00 | 5,00 |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS  
DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
2023

AMF - Demonstrativo 4 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

| PATRIMÔNIO LÍQUIDO   | 2021           | %      | 2020           | %      | 2019          | %      |
|----------------------|----------------|--------|----------------|--------|---------------|--------|
| Patrimônio / Capital | 66.916.313,65  | 50,00  | 50.726.980,08  | 50,00  | 35.778.267,63 | 50,00  |
| Reservas             | 0,00           | 0,00   | 0,00           | 0,00   | 0,00          | 0,00   |
| Resultado Acumulado  | 66.916.313,65  | 50,00  | 50.726.980,08  | 50,00  | 35.778.267,63 | 50,00  |
| TOTAL                | 133.832.627,30 | 100,00 | 101.453.960,16 | 100,00 | 71.556.535,26 | 100,00 |





## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

#### ANEXO DE METAS FISCAIS

#### DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

2023

AMF - Demonstrativo 5 ( LRF, art . 4º, § 2º, Inciso III )

Valores em R\$1,00

| RECEITAS REALIZADAS                                  | 2021 ( a )                       | 2020 ( b )                       | 2019 ( c )                 |
|--|----------------------------------|----------------------------------|----------------------------|
| RECEITAS DE CAPITAL ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( I )        | 0,00                             | 322.185,00                       | 0,00                       |
| Alienação de bens Móveis                             | 0,00                             | 322.185,00                       | 0,00                       |
| Alienação de bens Imóveis                            | 0,00                             | 0,00                             | 0,00                       |
| DESPESAS EXECUTADAS                                  | 2021 ( d )                       | 2020 ( e )                       | 2019 ( f )                 |
| APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS ( II ) | 312.691,00                       | 15.174,00                        | 38.359,42                  |
| Despesas de Capital                                  | 312.691,00                       | 15.174,00                        | 38.359,42                  |
| Investimentos  | 312.691,00                       | 15.174,00                        | 38.359,42                  |
| Inversões Financeiras                                | 0,00                             | 0,00                             | 0,00                       |
| Amortização/Refinanciamento da Dívida                | 0,00                             | 0,00                             | 0,00                       |
| Despesas Correntes do Regime de Previdência          | 0,00                             | 0,00                             | 0,00                       |
| SALDO FINANCEIRO                                     | 2021 ( g ) = ( Ia - IId + IIIh ) | 2020 ( h ) = ( Ib - Ile + IIIi ) | 2019 ( i ) = ( Ic - IIIf ) |
| SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR ( III )       | 314.255,58                       | 7.244,58                         | 45.604,00                  |
| VALOR ( IV ) = ( I - II + III )                      | 1.564,58                         | 314.255,58                       | 7.244,58                   |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

# RELATÓRIO CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE METAS FISCAIS ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA 2023

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, §2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

| TRIBUTO   | MODALIDADE  | SETORES/<br>PROGRAMA/<br>BENEFICIÁRIO | RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA |            |            | COMPENSAÇÃO  |
|---|---|---------------------------------------|------------------------------|------------|------------|--|
|   |   |                                       | 2023                         | 2024       | 2025       |  |
| Imposto Prop Pred Territ. Urbana- IPTU<br>DA-Mult/Jur | Anistia   | TRIBUTOS/ANISTIA/EMPRESAS/POPULAÇÃO   | 100.000,00                   | 100.000,00 | 100.000,00 | AUMENTO DA ALÍQUOTA DE 2% PARA 3% COMO<br>FORMA DE COMPENSAÇÃO PARA COBRIR A ANISTIA.<br>E RECEBIMENTO DA DIVIDA ATIVA DE IPTU<br>ISENTANDO AS MULTAS E JUROS DA DIVIDA ATIVA DE<br>IPTU REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2020 E 2021<br>DEVIDO A PANDEMIA. |
| Imp. s/ Serv. Qualquer Natureza-ISS Principal         | Outros benefícios que correspondam a tratamento<br>diferenciado | INDÚSTRIA E COMÉRCIO/ISENÇÃO/EMPRESAS | 100.000,00                   | 100.000,00 | 100.000,00 | criação de empregos diretos e indiretos<br>GERANDO PAGAMENTOS DE IMPOSTOS COMO ICMS<br>E TRIBUTOS FEDERAIS QUE RETORNARÃO AO<br>MUNICIPIO, BEM COMO O INSS DOS FUNCIONARIOS<br>E OS SALARIOS QUE MOVIMENTAM A CIDADE.                                |
| Total   |   |                                       | 200.000,00                   | 200.000,00 | 200.000,00 |  |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO  
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS  
ANEXO DE METAS FISCAIS

### DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

AMF - Demonstrativo 8 (LRF, art. 4º, § 2º, Inciso V)

Valores em R\$1,00

**Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**

| EVENTOS  | Valor Previsto para 2023 |
|--|--------------------------|
| AUMENTO PERMANENTE DA RECEITA                      | 200.000,00               |
| Imp. s/ Serv. Qualquer Natureza-ISS Principal      | 200.000,00               |
| SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I ) | 200.000,00               |
| MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )                  | 200.000,00               |
| SALDO UTILIZADO ( IV )                             | 0,00                     |
| MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )    | 200.000,00               |

**Entidade: CAMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA**

| EVENTOS  | Valor Previsto para 2023 |
|--|--------------------------|
| SALDO FINAL DO AUMENTO PERMANENTE DE RECEITA ( I ) | 0,00                     |
| MARGEM BRUTA ( III ) = ( I + II )                  | 0,00                     |
| SALDO UTILIZADO ( IV )                             | 0,00                     |
| MARGEM LÍQUIDA DE EXPANSÃO DE DOCC ( III - IV )    | 0,00                     |

# ANEXO DE RISCOS FISCAIS



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

ARF (LRF, art. 4º, § 3º)

R\$1,00

#### CÂMARA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

| PASSIVOS CONTINGENTES                 |             | PROVIDÊNCIAS |             |
|---------------------------------------|-------------|--------------|-------------|
| Descrição                             | Valor       | Descrição    | Valor       |
| Demandas Judiciais                    | 0,00        |              | 0,00        |
| Dividas em Processo de Reconhecimento | 0,00        |              | 0,00        |
| Avais e Garantias Concedidas          | 0,00        |              | 0,00        |
| Assuncao de Passivos                  | 0,00        |              | 0,00        |
| Assistencias Diversas                 | 0,00        |              | 0,00        |
| Outros Passivos Contingentes          | 0,00        |              | 0,00        |
| <b>SUB-TOTAL</b>                      | <b>0,00</b> |              | <b>0,00</b> |

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS  |             | PROVIDÊNCIAS |             |
|---------------------------------|-------------|--------------|-------------|
| Descrição                       | Valor       | Descrição    | Valor       |
| Frustracao de Arrecadacao       | 0,00        |              | 0,00        |
| Restituicao de Tributos a Maior | 0,00        |              | 0,00        |
| Discrepancia de Projecoes       | 0,00        |              | 0,00        |
| Outros Riscos Fiscais           | 0,00        |              | 0,00        |
| <b>SUB-TOTAL</b>                | <b>0,00</b> |              | <b>0,00</b> |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>0,00</b> |              | <b>0,00</b> |

#### PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

| PASSIVOS CONTINGENTES                 |                   | PROVIDÊNCIAS   |                   |
|---------------------------------------|-------------------|--|-------------------|
| Descrição                             | Valor             | Descrição  | Valor             |
| Demandas Judiciais                    | 500.000,00        | PAGAMENTO DE SENTENÇAS JUDICIAIS<br>TRANSITADO EM JULGADO EM FORMA DE<br>RPV,<br>OU PRECATÓRIOS DO TJMG. | 500.000,00        |
| Dividas em Processo de Reconhecimento | 0,00              |  | 0,00              |
| Avais e Garantias Concedidas          | 0,00              |  | 0,00              |
| Assuncao de Passivos                  | 0,00              |  | 0,00              |
| Assistencias Diversas                 | 0,00              |  | 0,00              |
| Outros Passivos Contingentes          | 0,00              |  | 0,00              |
| <b>SUB-TOTAL</b>                      | <b>500.000,00</b> |  | <b>500.000,00</b> |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### CONSOLIDADO DO MUNICÍPIO LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS ANEXO DE RISCOS FISCAIS DEMONSTRATIVO 9 - RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS 2023

| DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS  |            | PROVIDÊNCIAS   |            |
|---------------------------------|------------|--|------------|
| Descrição                       | Valor      | Descrição  | Valor      |
| Frustracao de Arrecadacao       | 200.000,00 | INSCRIÇÃO EM DIVIDA ATIVA, FISCALIZAÇÃO<br>E<br>IMPLEMENTAÇÃO DE METODOS DE<br>COBRANCA. | 200.000,00 |
| Restituicao de Tributos a Maior | 0,00       |  | 0,00       |
| Discrepancia de Projecoes       | 0,00       |  | 0,00       |
| Outros Riscos Fiscais           | 0,00       |  | 0,00       |
| SUB-TOTAL                       | 200.000,00 |  | 200.000,00 |
| TOTAL                           | 700.000,00 |  | 700.000,00 |

# METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA

PROGRAMA: 0000 ENCARGOS ESPECIAIS

OBJETIVO: ENGLOBALA DESPESAS QUE NAO CONTRIBUEM PARA A MANUTENCAO DAS ACOES DE GOVERNO, DAS QUAIS NAO RESULTA UM PRODUTO E NAO GERAM CONTRAPRESTACAO DIRETA SOB A FORMA DE BENS OU SERVICOS, REPRESENTANDO, PORTANTO, UMA AGREGACAO NEUTRA.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO     |
|-------|---|-------------------|--------|------------------------|
| 0.001 | MANUTENCAO PASEP                                  | %                 | 100,00 | RECOLHIMENTO PASEP     |
| 0.002 | AMORTIZACAO DIVIDA INTERNA - OP. CREDITO          | %                 | 100,00 | DIVIDA AMORTIZADA      |
| 0.003 | INATIVOS E PENSIONISTAS                           | %                 | 100,00 | PAGAMENTO DE INATIVOS  |
| 0.004 | CONTRIBUICAO AO CIRCUITO TURISTICO MALHAS         | %                 | 100,00 | CONTRIBUICAO EFETIVADA |
| 0.005 | CONTRIBUICAO AO CAMINHO DA FE                     | %                 | 100,00 | CONTRIBUICAO EFETIVADA |
| 0.007 | TRANSF. CENTRO CULTURAL IRMA MARTHA - FIA         | %                 | 100,00 | SUBVENCAO CONCEDIDA    |
| 0.008 | SUBVENCAO A ENTIDADES DE APOIO A CRIANCA ESPECIAL | %                 | 100,00 | SUBVENCAO CONCEDIDA    |
| 0.009 | SUBVENCAO A ENTIDADES DE DEFESA DA INFANCIA       | %                 | 100,00 | SUBVENCAO CONCEDIDA    |
| 0.013 | TRANSF. ASSOC. ECOL. BM AMIGOS DA NATUREZA        | %                 | 100,00 | ENTIDADE SUBVENCIONADA |
| 0.014 | MANUTENCAO DAS SENTENCAS JUDICIAIS                | %                 | 100,00 | SENTENCA EFETIVADA     |
| 0.016 | TRANSFERENCIA ACAE                                | CRIANCAS          | 100,00 | MENORES ACOLHIDOS      |
| 0.017 | CONTRIBUICOES A ASSOCIACOES DE UTILIDADE PUBLICA  | UN                | 100,00 | CONTRIBUICAO MANTIDA   |

PROGRAMA: 0001 APOIO ADMINISTRATIVO

OBJETIVO: PROVER OS ORGAOS DA ADMINISTRACAO PUBLICA MEIOS PARA A IMPLEMENTACAO E GESTAO DOS SEUS DIVERSOS PROGRAMAS FINALISTICOS POR MEIO DE ACOES VOLTADAS A MANUTENCAO E APRIMORAMENTO DA ADMINISTRACAO.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO                    |
|-------|--|-------------------|--------|---------------------------------------|
| 0.021 | TRANSFERENCIA SEGURANCA PUBLICA - CONSEP | UN                | 100,00 | CONTRIBUICAO PARA A SEGURANCA PUBLICA |





## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

#### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                       | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO         |
|-------|---|-------------------|--------|----------------------------|
| 2.012 | MANUTENCAO ATIVIDADES ADMINISTRATIVO ENSINO     | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.021 | MANUT. ATIV. DEPTO OBRAS E SERVICOS URBANOS     | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.022 | MANUT. SUBSIDIOS E ATIVIDADES GABINETE PREFEITO | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.023 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRACAO      | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.026 | CONVENIO POLICIA CIVIL                          | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.027 | CONVENIO POLICIA MILITAR                        | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.048 | MANUT. DAS ATIVIDADES DEPTO. ASSIST. SOCIAL     | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.062 | MANUTENCAO ATIVIDADES SECRETARIA DE SAUDE       | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS        |
| 2.085 | MANUTENCAO DO CONTRATO DA RATEIO COM A AMESP    | PERCENTUAL        | 100,00 | CONTRATO DE RATEIO MANTIDO |
| 2.087 | MANUTENCAO DO DEPART. DE CULTURA E TURISMO      | %                 | 100,00 | DEPARTAMENTO MANTIDO       |

#### PROGRAMA: 0003 INCENTIVO AO TURISMO

OBJETIVO: INCENTIVAR ATIVIDADES TURISTICAS COMO ALTERNATIVA ECONOMICA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL, VISANDO A MELHORIA DAS CONDICÕES SOCIO-ECONOMICAS DA POPULAÇÃO, A CAPACITAÇÃO DO

ATENDIMENTO AO TURISTA E O AUMENTO DAS RECEITAS PROVENIENTES DESSA ATIV

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO               |
|-------|---|-------------------|--------|----------------------------------|
| 1.014 | CONSTRUCAO/INSTALACAO CENTRO ATENDIMENTO TURISTA  | %                 | 30,00  | CENTRO DE ATENDIMENTO IMPLANTADO |
| 1.015 | CONSTRUCAO E REFORMA DE MONUMENTOS TURISTICOS     | %                 | 25,00  | MONUMENTOS INSTALADOS            |
| 2.030 | MANUTENCAO CENTRO ATENDIMENTO AO TURISTA          | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS              |
| 2.031 | MANUTENCAO MONUMENTOS TURISTICOS                  | %                 | 0,00   | MONUMENTOS CONSERVADOS           |
| 2.032 | MANUTENCAO ESTACAO FERROVIARIA                    | %                 | 100,00 | ESTACAO FERROVIARIA MANTIDA      |
| 2.033 | MANUTENCAO SANTO CRUZEIRO                         | %                 | 100,00 | ACAO MANTIDA                     |
| 2.035 | MANUTENCAO DAS ATIV. DO DEP. DE TURISMO E CULTURA | %                 | 100,00 | ACAO MANTIDA                     |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0005 MERENDA ESCOLAR

OBJETIVO: OFERECER UMA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL ADEQUADA, ATENDENDO A FAIXA ETÁRIA DE CADA CRIANÇA, PARA OBTER O CRESCIMENTO E MATURACÃO BIOLÓGICA. DIANTE DESTA FATOS, É NECESSÁRIO A PREOCUPAÇÃO COM A ALIMENTAÇÃO, JÁ QUE ESTA SUBSTITUI UMA REFEIÇÃO.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO      |
|-------|--|-------------------|--------|-------------------------|
| 2.013 | MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - CRECHE      | %                 | 100,00 | MERENDA ESCOLAR MANTIDA |
| 2.014 | MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - PRE-ESCOLA  | %                 | 100,00 | MERENDA ESCOLAR MANTIDA |
| 2.015 | MANUTENÇÃO MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL | %                 | 100,00 | MERENDA ESCOLAR MANTIDA |

#### PROGRAMA: 0006 EDUCAÇÃO INFANTIL CONSTRUINDO O SABER

OBJETIVO: GARANTIR O ACESSO E PERMANÊNCIA DE UM NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE CRIANÇAS DE 0 A 3 ANOS E DE 4 A 5 ANOS NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL, ASSSEGURANDO-LHES O ATENDIMENTO DE SUAS NECESSIDADES BÁSICAS, SOCIAIS, COGNITIVAS, AFETIVAS E FÍSICAS.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                 | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO                         |
|-------|---|-------------------|--------|--|
| 1.001 | INSTALAÇÃO CRECHE CERVO                   | CRECHE            | 1,00   | IMPLANTAÇÃO DA CRECHE NO DISTRITO DO CERVO |
| 2.001 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES CRECHE          | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                        |
| 2.002 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES PRE-ESCOLA          | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                        |
| 2.003 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES CRECHE - FUNDEB     | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                        |
| 2.004 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES PRE-ESCOLA - FUNDEB | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                        |

#### PROGRAMA: 0007 EDUCAÇÃO BÁSICA DESPERTANDO O SABER

OBJETIVO: ASSEGURAR A IGUALDADE NAS CONDIÇÕES DE ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR DO ALUNO NO ENSINO FUNDAMENTAL, EJA, EDUCAÇÃO ESPECIAL, ENSINO MÉDIO E SUPERIOR.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                       | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---|-------------------|--------|---------------------|
| 2.005 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENSINO FUNDAMENTAL        | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.006 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES EDUCAÇÃO INCLUSIVA        | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.008 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES ENS. FUNDAMENTAL - FUNDEB | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0008 TRANSPORTE ESCOLAR

OBJETIVO: OFERECER TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS MATRICULADOS NA EDUCACAO INFANTIL E FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL, ALEM DOS MATRICULADOS NA REDE ESTADUAL, BEM COMO OS DO ENSINO SUPERIOR, DE FORMA A GARANTIR O ACESSO E PERMANENCIA NOS ESTABELECIMENTOS DE

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                              | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO   |
|-------|--|-------------------|--------|----------------------|
| 2.009 | MANUTENCAO TRANSPORTE ESCOLAR INFANTIL | %                 | 100,00 | TRANSPORTES MANTIDOS |
| 2.010 | MANUTENCAO TRANSPORTE ENS. FUNDAMENTAL | %                 | 100,00 | TRANSPORTES MANTIDOS |
| 2.011 | MANUTENCAO TRANSPORTE ENSINO SUPERIOR  | %                 | 100,00 | TRANSPORTE MANTIDO   |

#### PROGRAMA: 0009 CULTURA NA CIDADE

OBJETIVO: PRESERVAR O PATRIMONIO CULTURAL MATERIAL E IMATERIAL, CONSIDERANDO O INTERESSE PUBLICO E A DIVERSIDADE CULTURAL.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                      | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO        |
|-------|--|-------------------|--------|---------------------------|
| 1.050 | REFORMA DE BENS PROTEGIDOS PATRIMONIO CULTURAL | %                 | 100,00 | BENS PUBLICOS RESTAURADOS |
| 2.016 | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS            | %                 | 100,00 | ATIVIDADE MANTIDA         |
| 2.017 | MANUTENCAO FESTAS POPULARES                    | %                 | 100,00 | FESTAS POPULARES MANTIDAS |

#### PROGRAMA: 0010 PROGRAMA ESPORTE E LAZER

OBJETIVO: INCENTIVAR O DESENVOLVIMENTO E A DIVERSIDADE DO ESPORTE, COMO FORMA DE LAZER E DESPORTO, VISANDO A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES E A MELHORIA DA SAÚDE E DA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE BORDA-MATENSE.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO |
|-------|---|-------------------|--------|--------------------|
| 1.009 | REFORMA ESTADIO MUNICIPAL                   | %                 | 100,00 | REFORMA REALIZADA  |
| 1.011 | REFORMA E ILUMINACAO DAS QUADRAS ESPORTIVAS | %                 | 100,00 | REFORMA REALIZADA  |
| 1.041 | REFORMA DO CAMPO NO BAIRRO SANTA CRUZ       | UN                | 100,00 | CAMPO REFORMADO    |
| 1.042 | REFORMA DO CAMPO NO DISTRITO DO CERVO       | %                 | 100,00 | CAMPO REFORMADO    |
| 1.043 | REFORMA DO CAMPO NO DISTRITO DO SERTAOZINHO | UN                | 100,00 | CAMPO REFORMADO    |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023

#### DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                             | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---------------------------------------|-------------------|--------|---------------------|
| 2.020 | MANUTENCAO ATIVIDADES ESPORTE E LAZER | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |

#### PROGRAMA: 0011 ATENCAO BASICA

**OBJETIVO: AMPLIAR O ACESSO AOS SERVICOS BASICOS, GARANTINDO ACOES DE PROMOCAO, PROTECAO E RECUPERACAO DA SAUD E.PROMOVER O ATENDIMENTO DOS MUNICIPES DENTRO DA S E STRATEGIAS DE SAUDE. PROMOVER PREV. DE AGRAV OS S.BUCAL. AUMENTO E GARANTIA DOS MEDICAMENTOS.**

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---|-------------------|--------|---------------------|
| 1.029 | CONSTRUCAO FARMACIA BASICA MUNICIPAL              | %                 | 25,00  | FARMACIA CONSTRUIDA |
| 1.031 | REFORMA E AMPLIACAO DAS UBS                       | %                 | 0,00   | UBS REFORMADAS      |
| 1.032 | CONSTRUCAO DE UBS                                 | CONSTRUCAO        | 1,00   | UBS CONSTRUIDA      |
| 1.051 | CONSTRUCAO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE ODONTOLOGIA | UN                | 1,00   | CENTRO CONTRUIDO    |
| 2.063 | MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA A SAUDE            | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.064 | MANUTENCAO SETOR ODONTOLOGICO                     | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.065 | MANUTENCAO DA ACADEMIA DE SAUDE                   | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.066 | MANUTENCAO DA FARMACIA DE TODOS                   | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.088 | MANUT. DO CENTRO ESPECIALIZADO EM ODONTOLOGIA-CEO | %                 | 100,00 | CENTRO MANTIDO      |

#### PROGRAMA: 0012 VIGILANCIA EM SAUDE

**OBJETIVO: DESENVOLVER MEDIDAS CAPAZES DE ELIMINAR, DIMINUIROU PREVENIR RISCOS A SAUDE, ALEM DE INTERVIR NOS PROBLEMAS SANITARIOS. PREVENIR E CONTROLAR DOENC AS EAGRAVOS A SAUDE UTILIZANDO DOS SERVICOS DE VIGILA NCIA.**

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                               | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---|-------------------|--------|---------------------|
| 2.078 | MANUTENCAO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.079 | MANUTENCAO VIGILANCIA SANITARIA         | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

**PROGRAMA: 0013 SERVIÇO DE MÉDIA E ALTA COMPL.HOSP. AMB.URG/EMERG.**

**OBJETIVO: MANTER E QUALIFICAR O SISTEMA DE ATENDIMENTO AS URGENCIAS E EMERGENCIAS, PLANTÃO 24H, AMBULATORIAL, SER. APOIO DIAGNÓSTICO, SER. ESPECIALIZADOS, INTERNACIONAL HOSPITALAR, CONSÓRCIO**

**CISSUL/SAMU E TRANSPORTE PACIENTES AO MUNICÍPIOS DE REFERÊNCIA EM M**

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                            | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|--------------------------------------|-------------------|--------|---------------------|
| 1.033 | REFORMA/ADEQUAÇÃO HOSPITAL           | %                 | 1,00   | HOSPITAL REFORMADO  |
| 2.071 | MANUTENÇÃO ATIVIDADES PRONTO SOCORRO | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.073 | MANUTENÇÃO TRANSPORTE - TFD          | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |
| 2.074 | CONSÓRCIO CISSUL                     | %                 | 100,00 | CONSÓRCIO MANTIDO   |
| 2.075 | CONSÓRCIO CISMARPA                   | %                 | 100,00 | CONSÓRCIO MANTIDO   |
| 2.076 | TRANSFERÊNCIA CISAMESP               | %                 | 100,00 | CONVENIO MANTIDO    |

**PROGRAMA: 0014 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA**

**OBJETIVO: PREVENIR SITUAÇÕES DE RISCOS. FORTALECER VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS. REDUZIR OCORRÊNCIA DE VULNERABILIDADE DENTRO/FORA CRAS. SERVIÇO ACESSO A SERVIÇO SOCIOASSISTENCIAIS E**

**SETORIAIS. MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DOS USUÁRIOS DO CRAS E REABIL**

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---|-------------------|--------|---------------------|
| 1.056 | AQUISIÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO CRAS | UNIDADE           | 0,00   | IMÓVEL ADQUIRIDO    |
| 2.051 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRAS           | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |

**PROGRAMA: 0015 QUALIFICAÇÃO DA GESTÃO DO SUAS**

**OBJETIVO: APRIMORAR O ATENDIMENTO AO USUÁRIO, GARANTINDO OS DIREITOS, OFERTANDO PROJETOS E OFICINAS.**

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                            | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|--------------------------------------|-------------------|--------|---------------------|
| 2.052 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0016 PROGRAMAS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

OBJETIVO: GARANTIR OS DIREITOS SOCIAIS, DE FORMA A ATENDER AS NECESSIDADES HUMANAS BÁSICAS, INTEGRANDO-AS AOS DEMAIS SERVIÇOS, PROGRAMAS, PROJETOS E BENEFÍCIOS SOCIAIS. CONTRIBUIR P/FORTALECIMENTO DAS POTENCIALIDADES DE INDIVÍDUOS E FAMILIARES.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                      | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|--|-------------------|--------|---------------------|
| 2.057 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |

#### PROGRAMA: 0017 PROTEÇÃO À CRIANÇA E ADOLESCENTE

OBJETIVO: CONTRIBUIR ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS NECESSÁRIOS PARA QUE SEJA REALIZADO UM TRABALHO DE ATENDIMENTO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VISANDO À SUA PROTEÇÃO E SOCIALIZAÇÃO.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---|-------------------|--------|---------------------|
| 2.058 | ATIVIDADE CONS. TUTELAR/PROTEÇÃO CRIANÇA/ADOLESC. | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |

#### PROGRAMA: 0018 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE

OBJETIVO: INVESTIR, ATRAVÉS DA DISPONIBILIZAÇÃO E RECURSOS NECESSÁRIOS, NO ATENDIMENTO QUALIFICADO AO USUÁRIO, GARANTINDO OS DIREITOS DOS IDOSOS, CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                             | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|---------------------------------------|-------------------|--------|---------------------|
| 2.060 | MANUTENÇÃO LAR MONSENHOR PEDRO CINTRA | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |

#### PROGRAMA: 0019 DESENVOLVIMENTO RURAL

OBJETIVO: IMPLEMENTAR MEDIDAS PARA FIXAR O PEQUENO PRODUTOR NO CAMPO ATRAVÉS DE INCENTIVO À PRODUÇÃO RURAL ATRAVÉS MELHORIA DO ESCOAMENTO DA PRODUÇÃO, CAPACITAÇÃO E CONDIÇÕES FAVORÁVEIS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES RURAIS.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO   | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO |
|-------|---|-------------------|--------|--------------------|
| 1.049 | PAVIMENT. DE VIAS RURAIS, CONST. E REFOR. DE PONTES | PORCENTAGEM       | 0,00   | POPULAÇÃO ATENDIDA |
| 2.047 | MANUTENÇÃO ESTRADAS VICINAIS                        | %                 | 100,00 | ESTRADAS MANTIDAS  |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0020 SERVICOS URBANOS

OBJETIVO: PROPORCIONAR A PRESTACAO DE SERVICOS EFICIENTES NAMANUT. E COLETAS DE LIXO, LIMPEZA DOS LOGRADOURO S, ILUMINACAO PUBLICA E OUTROS SERVICOS A FIM DE GARANTIR O BEM ESTAR DE TODOS CONTRIBUINDO COM A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                      | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO                                 |
|-------|--|-------------------|--------|--|
| 1.022 | REFORMA TERMINAL RODOVARIO                     | %                 | 100,00 | RODOVIARIA REFORMADA                               |
| 1.046 | OBRAS DE ILUMINACAO PUBLICA                    | %                 | 100,00 | OBRAS DE POSTEAMENTO E ILUMINACAO EM DIVERSAS RUAS |
| 1.048 | AMPLIACAO DO SISTEMA DE FORN DE AGUA E ESGOTO  | PORCENTAGEM       | 0,00   | POPULACAO ATENDIDA                                 |
| 2.039 | MANUT. VIAS PUBL., CEMITERIO, PRACAS E JARDINS | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                                |
| 2.041 | MANUTENCAO SERVICO AGUA E ESGOTO               | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS                                |
| 2.044 | MANUTENCAO ILUMINACAO PUBLICA                  | %                 | 100,00 | ILUMINACAO MANTIDA                                 |
| 2.046 | MANUTENCAO DOS SINAIS DE TELECOMUNICACAO       | %                 | 100,00 | SINAIS DE TELECOMUNICACAO MANTIDOS                 |

#### PROGRAMA: 0021 INFRAESTRUTURA URBANA

OBJETIVO: MELHORAR AS CONDICÕES DE INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL, A FIM DE ACOMPANHAR O DESENVOLVIMENTO URBA NO.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                    | UNIDADE DE MEDIDA | META | RESULTADO ESPERADO   |
|-------|------------------------------|-------------------|------|----------------------|
| 1.021 | CONSTRUCAO GARAGEM MUNICIPAL | GARAGEM           | 1,00 | GARAGEM CONSTRUIDA   |
| 1.023 | DESAPROPRIACAO IMOVEL        | UN                | 0,00 | IMOVEL DESAPROPRIADO |
| 1.024 | PAVIMENTACAO VIAS URBANAS    | RUAS              | 2,00 | RUAS PAVIMENTADAS    |

#### PROGRAMA: 0022 MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: PROMOVER A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE ATRAVES DE MELHORIAS, MONITORAMENTO E CONTROLE AMBIENTAL.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                      | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO  |
|-------|--------------------------------|-------------------|--------|---------------------|
| 0.023 | CONTRIBUICAO AO CIDAS          | %                 | 100,00 | ENTIDADE MANTIDA    |
| 2.080 | MANUTENCAO SETOR MEIO AMBIENTE | %                 | 100,00 | ATIVIDADES MANTIDAS |



## MUNICÍPIO DE BORDA DA MATA

### LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2023 DEMONSTRATIVO DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

#### PROGRAMA: 0024 CIDADE PROTEGIDA

##### OBJETIVO: SEGURANCA PUBLICA, TRANSITO ORGANIZADO E PREVENCAODE TRAGEDIA AS AMBIENTAIS.

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                  | UNIDADE DE MEDIDA | META   | RESULTADO ESPERADO                |
|-------|--|-------------------|--------|-----------------------------------|
| 1.052 | AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE MONITORAMENTO | %                 | 25,00  | CIDADE MONITORADA E PROTEGIDA     |
| 2.089 | MANUTENCAO E ORGANIZACAO DA DEFESA CIVIL   | %                 | 25,00  | PREVENCAO DE CATASTROFES NATURAIS |
| 2.090 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE TRANSITO     | %                 | 100,00 | DEPARTAMENTO MANTIDO              |

#### PROGRAMA: 0025 INDUSTRIA E COMERCIO DESENVOLVIDOS

##### OBJETIVO: DESENVOLVER A INDUSTRIA E O COMERCIO DA CIDADE PARA GERAR MAIS EMPREGOS E MAIS INVESTIMENTOS NO MU NCIPIO

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO  | UNIDADE DE MEDIDA | META  | RESULTADO ESPERADO                 |
|-------|--|-------------------|-------|------------------------------------|
| 2.091 | MANUTENCAO DO DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO | %                 | 25,00 | COMERCIO E INDUSTRIA DESENVOLVIDOS |

#### PROGRAMA: 0026 NOSSA TERRA, NOSSA GENTE

##### OBJETIVO: APOIAR O HOMEM DO CAMPO E DESENVOLVER A AGRICULTURA E PECUARIA DO MUNICIPIO

| AÇÃO  | DESCRIÇÃO                                      | UNIDADE DE MEDIDA | META  | RESULTADO ESPERADO                     |
|-------|--|-------------------|-------|--|
| 2.092 | MAN. DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E PECUARIA | %                 | 25,00 | ATIVIDADES AGROPECUARIAS DESENVOLVIDAS |





Índice Geral

| Relatório   | Página |
|---|--------|
| Texto da Lei da LDO   | 3      |
| Anexo - Demonstrativo das Metas Anuais  | 13     |
| Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior              | 14     |
| Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores | 15     |
| Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido  | 16     |
| Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos             | 17     |
| Demonstrativo 7 - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita                               | 18     |
| Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado            | 19     |
| Demonstrativo 9 - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências                                | 21     |
| Demonstrativo das Metas e Prioridades da Administração  | 24     |